



**ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE
2019.**

Data : 14/11/2019
Horário : 14h
Local : SDE – Ed. Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 –Bloco 2– Saco Grande
CEP 88.032-005–Florianópolis/SC.

Às quatorze horas do dia quatorze de novembro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da SDE, reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com a presença da senhora Camila de Alcântara Rico (IMA), Presidente; e dos membros representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: José Almerly Padilha (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter (OAB/SC).

Julgamento dos processos relacionados no Edital de Notificação de Julgamento nº 28/19, publicado no DOE nº 21.137 de 06/11/2019.

A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

1. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 301/17

AIA Nº : 41601-A
PROCESSO Nº : PMSC 2334/2016
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : LOREDI CAMARGO MADRUGA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

2. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 302/17

AIA Nº : 35139-A

PROCESSO Nº : PMSC 2452/2016

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

RECORRENTE : LOREDI CAMARGO MADRUGA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente



4. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 159/18

AIA Nº : 07033-A
PROCESSO Nº : PMSC 3457/2018
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : ANSELMO WIGGERS
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
Presidente

5. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 188/18

AIA Nº : 39680-A
PROCESSO Nº : PMSC 18559/2018
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : OTÁVIO JOSÉ PEREIRA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.



35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE GUARATUBA. EXERCER
ATIVIDADE DE PESCA, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS NÃO PERMITIDOS PELO
DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do relator.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

6. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 531/18

AIA Nº : 44574-A

PROCESSO Nº : PMSC 21593/2018

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

RECORRENTE : NEILOR JAIR OSMARINI

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.
24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IBICARÉ. TER EM DEPÓSITOS
CARCAÇAS DE ANIMAIS SILVESTRES, SEM A DEVIDA PERMISSÃO, LICENÇA OU
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório da relatora.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.



CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

7. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 024/19

AIA Nº : 45760-A
PROCESSO Nº : PMSC 3555/2019
RELATOR : JOSE ALMERY PADILHA
RECORRENTE : VALDIR DOS SANTOS
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE GAROPABA. PERCAR EM PERÍODO DE DEFESO. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto e relatório do relator.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

8. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 066/19

AIA Nº : 38765-A
PROCESSO Nº : PMSC 17823/2018
RELATOR : JOSE ALMERY PADILHA
RECORRENTE : AULO FARIA BORBA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. EXERCER PESCA DE CAMARÃO EM PERÍODO DE DEFESO. RECURSO PROVIDO. CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar provimento ao recurso, convertendo a penalidade de multa simples em advertência, nos termos do voto e relatório do relator.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

9. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 078/19

AIA Nº : 38103-A
PROCESSO Nº : PMSC 17513/2016
RELATOR : JOSE ALMERY PADILHA
RECORRENTE : SANTO ANGELO ALVES DE SOUZA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BOMBINHAS. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM A DEVIDA PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, dar provimento ao recurso, readequando o valor da multa ao valor aplicado no auto de infração, no valor de R\$ 9.000,00, por não ter sido intimado o autuado da majoração da multa, por analogia, conforme determina o art. 123, parágrafo único, do Decreto federal nº 6.514/2008, assim como concedem 25% de desconto na penalidade de multa, nos termos do voto e relatório do relator. Vencida a Conselheira Camila (IMA) que pugnou pela manutenção da multa agravada no despacho de penalidade, com base na Portaria IMA/CPMA nº 143/2019.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

10. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 088/19

AIA Nº : 38150-A
PROCESSO Nº : PMSC 10324/2016
RELATOR : JOSE ALMERY PADILHA
RECORRENTE : MAURICIO VOJCIECHOVSKI
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, mantendo incólume a decisão de 1ª instância. O relator reviu seu voto.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

239 Florianópolis, 14 de novembro de 2019.

240

241

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

242

Presidente

243

244

245 Constatamos em ata que o Sr. Gildo Rogério Hoffmann esteve presente nesta sessão de
246 julgamento, a fim de manifestar sustentação oral em defesa do recorrente Bela Vista
247 Prestadora de Serviços LTDA, referente ao recurso administrativo 131/18, intimado conforme
248 pauta de julgamento. Ocorre que o recurso 131/18 foi pautado equivocadamente, visto que o
249 recurso correto era o 121/18, em nome de Adilson João Macoppi.

250 Assim, o recurso 121/18, de relatoria do IMA será pautado na próxima sessão de julgamento.

251 No que tange ao recurso 131/18, esse é de competência da Primeira Câmara Recursal e
252 atualmente aguarda distribuição ao relator.

253

254 Por fim, orienta-se que em todos os processos em que houve o reconhecimento da prescrição
255 sejam destinados à origem para apuração de eventuais responsabilidades.

256 Segue em anexo lista de presenças.

257 Auxiliou a presidência da reunião a Secretária Executiva do Consema, Deyse Cristina
258 Locatelli. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar às dezesseis horas e vinte minutos,
259 declarou-se encerrada a Reunião.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

Florianópolis, 14 de novembro de 2019.